

LUCIANA CONCEIÇÃO DE LIMA
RODRIGO EDNILSON DE JESUS
VALÉRIA CRISTINA DE OLIVEIRA
MARIANA MARILACK GOMES

QUEM SÃO OS ALUNOS E EGRESSOS COTISTAS NEGROS E INDÍGENAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO BRASIL?

Breve nota sobre o perfil dos participantes
da pesquisa Trajetórias de Cotistas

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo foi o de analisar o perfil de alunos e egressos cotistas respondentes ao formulário *on-line* da pesquisa “As políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior: continuidade acadêmica e mercado de trabalho” (também denominada “Pesquisa Trajetórias de Cotistas”), coordenada pelo Programa Ações Afirmativas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e realizada por uma rede de universidades nos anos de 2017 e 2018. Com base em questionário produzido no Google Docs e circulado na internet por meio da página do projeto na rede social Facebook, foram analisados no presente estudo 1.044 casos de cotistas negros e indígenas, egressos ou que ainda estavam na graduação. Esse instrumento originalmente delineado para que a pesquisa alcançasse os sujeitos de interesse para a realização de entrevistas semiestruturadas (alunos negros

e indígenas que entraram em universidades federais ou estaduais por meio de reserva de vagas e que concluíram o ensino superior até 2017) constituiu-se, também, em uma importante fonte de informação sobre os principais sujeitos das políticas de ações afirmativas que tomaram fôlego, sobretudo, após a implantação da Lei de Cotas.

O objetivo geral da Pesquisa Trajetórias de Cotistas foi o de analisar o impacto das ações afirmativas na vida profissional e acadêmica (pós-graduação) de estudantes negros e indígenas egressos das políticas afirmativas das universidades públicas federais brasileiras. Seus objetivos específicos foram: a) contribuir com as pesquisas de avaliação do desenvolvimento das políticas de ações afirmativas em vigor nas universidades federais; b) verificar como tem sido a inserção dos estudantes negros e indígenas egressos das ações afirmativas no mercado de trabalho e na pós-graduação; e c) possibilitar a troca de experiências entre as universidades parceiras que se encontram em momentos distintos do processo de implementação das políticas de ação afirmativa. A pesquisa contou com a participação de docentes da Universidade Federal do Amapá, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Estadual de Goiás e da Universidade Estadual de Santa Catarina, ou seja, universidades localizadas em todas as grandes regiões brasileiras.

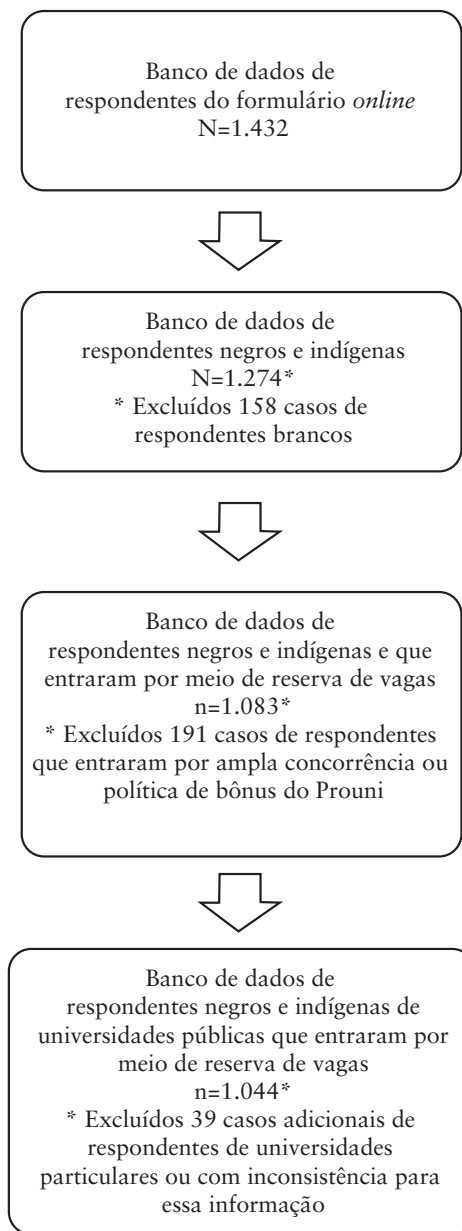
A progressiva ampliação de estudos e análises sobre a nova realidade do ensino superior brasileiro, considerando o novo grupo de estudantes incluídos por meio das políticas de democratização ou ampliação do ensino superior, tem permitido a alguns pesquisadores (e poderia permitir ao campo científico de modo mais abrangente), conhecer um pouco mais sobre as condições materiais destes novos estudantes, as estratégias

utilizadas por eles no enfrentamento de possíveis dificuldades e sobre as (novas) relações sociais no interior das comunidades acadêmicas após a entrada deste novo público.¹ Neste contexto, analisar como tem se dado a inserção de estudantes negros(as) e indígenas egressos(as) do sistema de cotas, no mercado de trabalho e em programas de pós-graduação bem como os impactos da política de ações afirmativas em suas vidas após a universidade é de suma importância para este novo campo de pesquisa que se consolida, assim como para o progressivo aprimoramento das políticas.

DADOS E MÉTODOS

Conforme já mencionado a pesquisa divulgou em sua página na rede social Facebook um formulário do Google Docs contendo 27 questões fechadas e abertas, e cujo objetivo principal era o de identificar potenciais participantes da etapa qualitativa da pesquisa. Entre 14 de junho de 2017 e 28 de março de 2018 um total de 1.432 indivíduos responderam ao questionário, porém nem todos eram elegíveis à pesquisa, ou seja, egressos de universidades estaduais ou federais, negros ou indígenas e que haviam concluído o ensino superior até 2017.

Para o presente estudo, além dos respondentes que atendessem a esses critérios, foram considerados também aqueles respondentes que não tivessem concluído a graduação até 2017, mas que fossem autodeclarados pretos e pardos e que tivessem entrado em universidades públicas ou federais por meio de política de reserva de vagas. O Fluxograma 1 apresenta os passos que se seguiram até a obtenção de uma base de dados de 1.044 alunos e egressos negros e indígenas que entraram na universidade pública por meio de sistema de cotas:



Fluxograma 1: Constituição da base de dados de alunos e egressos cotistas negros e indígenas de universidades públicas (N=1.044), Brasil. Fonte dos dados básicos: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Além de informações cadastrais solicitadas aos respondentes do formulário que manifestaram interesse em participar da pesquisa qualitativa e fossem elegíveis para essa fase pudessem ser localizados pelas coordenações regionais da pesquisa, foram incluídas as seguintes perguntas:

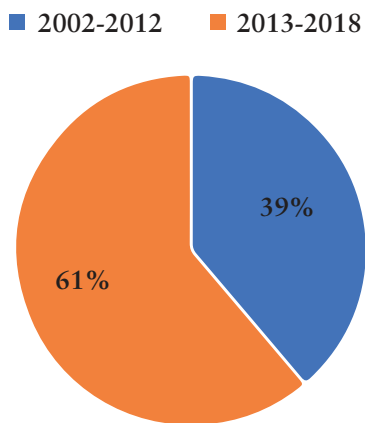
- sexo;
- ano de ingresso na universidade;
- ano de conclusão (ou previsão);
- curso;
- universidade;
- forma de ingresso;
- cor/raça;
- se participa (ou participou) de algum grupo ou coletivo de estudantes; se sim, qual;
- se participa (ou participou) de alguma entidade representativa de estudantes (DA, DCE, Centro Acadêmico, Grêmios); se sim, qual;
- se participa (ou participou) de algum grupo de pesquisa e/ou extensão sobre temáticas raciais, indígenas e de gênero; se sim, qual;
- se participa (ou participou) de algum outro grupo de pesquisa e extensão; se sim, qual;
- se participa (ou tenha participado), se recebe(u) bolsa;
- se após a conclusão do curso de graduação, ingressou em algum curso de pós-graduação;
- caso tenha ingressado, qual era o nome do curso de pós-graduação;
- caso tenha ingressado em um curso de pós-graduação, qual é o nome da instituição;
- se atualmente está trabalhando;
- caso esteja trabalhando, qual a função atual.

O próximo item apresenta uma análise descritiva por meio gráficos e tabelas para algumas dessas dimensões, para traçar um perfil de alunos e egressos cotistas negros e indígenas.

PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

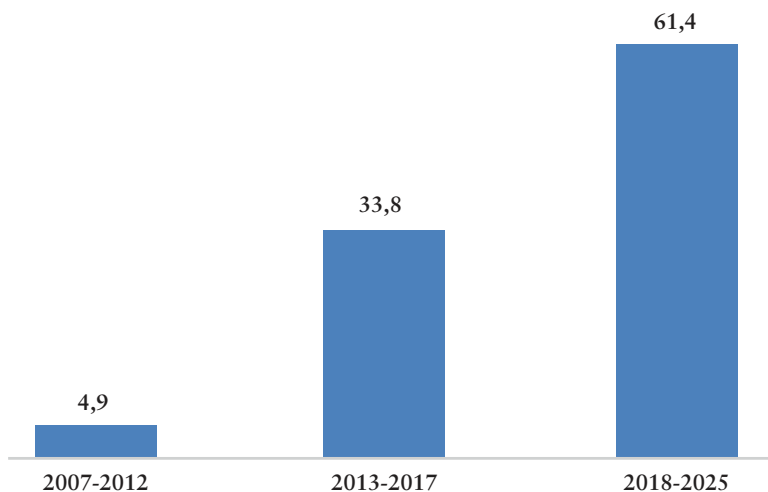
Iniciando pelo ano de entrada na universidade, o Gráfico 1 mostra que, no universo de respondentes do formulário, a maior parte (39%) entrou na universidade após a implantação da Lei n. 12.711/2012. Com relação ao ano de conclusão, conforme indicado pelo Gráfico 2, cerca de 61,4% dos respondentes tinham previsão de formatura para o período 2018-2015, indicando predomínio de cotistas que ainda estavam cursando a graduação.

Gráfico 1: Distribuição percentual por ano de entrada na universidade, Brasil.



Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Gráfico 2: Distribuição percentual por ano de conclusão da graduação, Brasil.

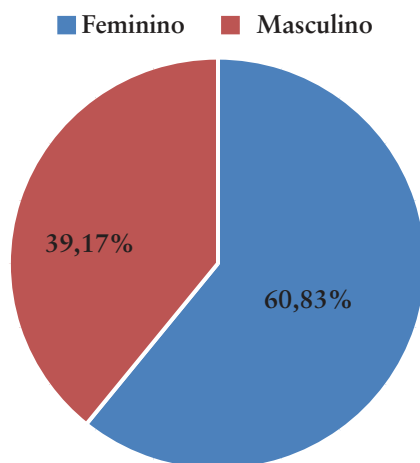


Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Apenas 4,9% tinham se formado antes da implantação da Lei de Cotas e cerca de 34% concluíram a graduação já no período vigente dessa política (2013-2017). Esses dados indicam que o formulário *on-line* disponibilizado via Facebook foi mais acessado pelos cotistas que ainda estavam na universidade, ou seja, estudantes em sua maioria, em relação àqueles que já concluíram essa etapa, que se supõe estarem mais inseridos no mercado de trabalho.

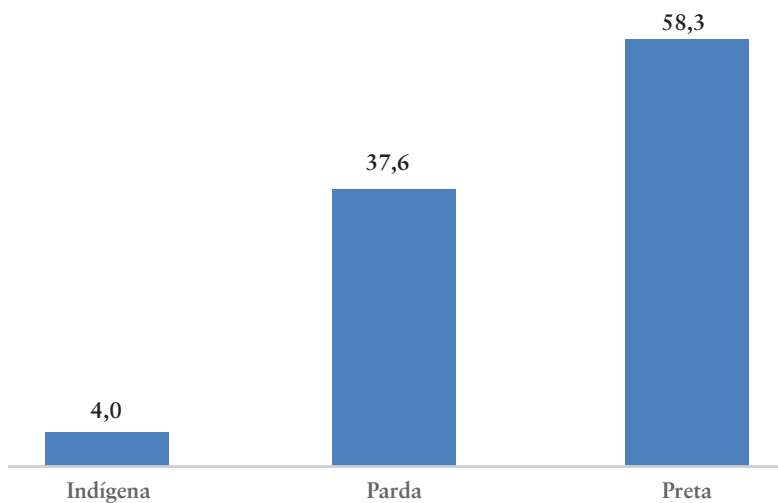
De acordo com os gráficos 3 e 4, verifica-se predominância de respondentes do sexo feminino (61%) e que se declaram pretos (58,3%). Apenas 4% dos participantes da pesquisa se declararam indígenas.

Gráfico 3: Distribuição percentual por sexo, Brasil.



Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Gráfico 4: Distribuição percentual por cor/raça, Brasil.



Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Com relação ao tipo de reserva de vagas por meio das quais os respondentes entraram na universidade por grupo de cor/raça, observa-se que para os indígenas, as cotas para estudantes que assim se autoclassificam foram as mais importantes (57,1%), enquanto para os pardos o sistema de acesso mais importante foi a de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas (42%). No caso dos respondentes autodeclarados pretos, e que representam a maior parte do universo pesquisado, a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e autodeclarados negros foi a mais mencionada (60,3%).

Tabela 1: Cruzamento entre cor/raça e tipo de entrada na universidade, Brasil.

		Tipo de entrada							Total
		Pontuação adicional na nota do vestibular	Reserva de vagas para estudantes auto-declarados indígenas	Reserva de vagas para estudantes auto-declarados negros	Reserva de vagas para estudantes de escolas públicas	Reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e auto-declarados indígenas	Reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e auto-declarados negros		
cor/raça	Índigena	N	0	24	0	4	12	2	42
		%	0,0%	57,1%	0,0%	9,5%	28,6%	4,8%	100,0%
	Parda	N	46	3	32	165	3	144	393
		%	11,7%	,8%	8,1%	42,0%	,8%	36,6%	100,0%
	Preta	N	35	2	152	48	5	367	609
		%	5,7%	,3%	25,0%	7,9%	,8%	60,3%	100,0%
Total	N	81	29	184	217	20	513	1044	
	%	7,8%	2,8%	17,6%	20,8%	1,9%	49,1%	100,0%	

Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Se comparado o ano de entrada na universidade com a cor/raça do respondente, observa-se que, antes da implantação da Lei de Cotas, o percentual de pretos foi de 40,3%, e, após essa lei, esse valor subiu para 59,7%. Esse aumento corresponde a uma variação percentual de 48,1%, porém a menor considerando os demais grupos de cor/raça, conforme pode-se verificar:

Tabela 2: Cruzamento entre cor/raça e ano de entrada na universidade, Brasil.

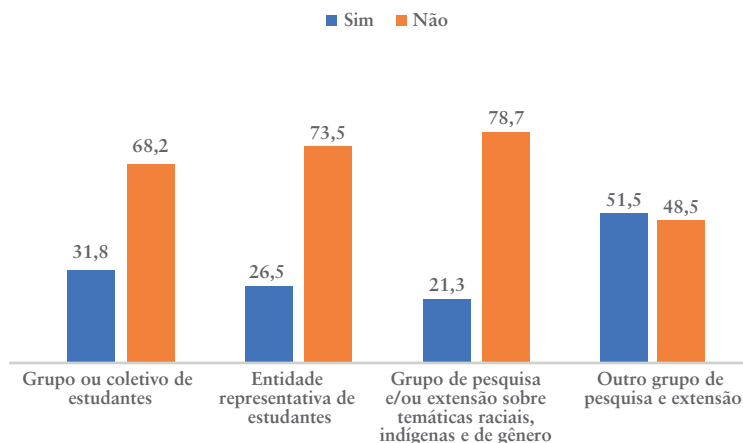
			Ano de entrada		Total	Variação percentual
			2002-2012	2013-2018		
cor/raça	Indígena	N	13	29	42	123,1%
		%	31,0%	69,0%	100,0%	
	Parda	N	144	242	386	68,1%
		%	37,3%	62,7%	100,0%	
	Preta	N	243	360	603	48,1%
		%	40,3%	59,7%	100,0%	
Total		N	400	631	1031	57,8%
		%	38,8%	61,2%	100,0%	

Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Os dados analisados sugerem que para os indígenas a implantação da Lei de Cotas impulsionou mais a entrada desse grupo na universidade (aumento de 123,1%), e em segundo lugar, para os pardos (aumento de 68,1%). Todavia, esses resultados devem ser analisados com cautela, por não se tratar de uma amostra probabilística representativa do universo de matriculados em instituições públicas tanto antes quanto depois da implementação da Lei n. 12.711/2012.

O Gráfico 5 apresenta participação dos respondentes por tipo de associativismo e, também, em grupos de pesquisa ou extensão. Observa-se que a maior parte não fez/fazia parte de grupo ou coletivo de estudantes (68,2%) e entidade representativa dessa classe como Diretório Acadêmico, Diretório Central dos Estudantes, Centro Acadêmico e Grêmio (73,5%). Quanto à participação em grupo de pesquisa e/ou extensão em temática específica sobre relações étnico-raciais e de gênero, a maioria disse não participar ou ter participado (78,7%), porém um pouco mais da maioria indicou participação em grupo de pesquisa e extensão voltados para outras temáticas (51,5%).

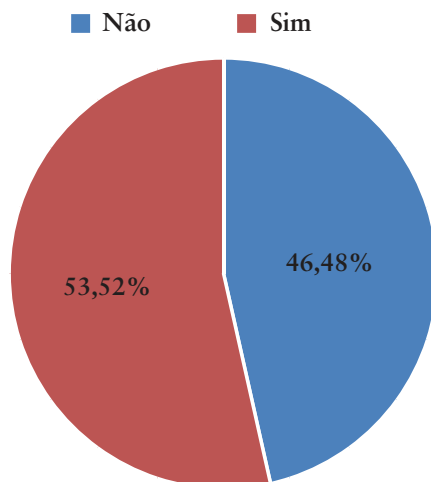
Gráfico 5: Distribuição percentual por participação em grupo/ coletivo de estudantes, entidade representativa de estudantes, grupo de pesquisa/extensão sobre temáticas raciais, indígenas e de gênero e outro grupo de pesquisa e extensão, Brasil.



Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Considerando apenas quem havia concluído a graduação até 2017, verifica-se pelo Gráfico 6 que a maior parte desses cotistas disse estar ou ter frequentado curso de pós-graduação. Cruzando essa dimensão com a cor/raça do indivíduo, observa-se pela Tabela 3 que entre os autodeclarados pardos e indígenas a tendência foi de igualdade no percentual de quem disse “sim” e “não”, o que no entanto não se repetiu no caso dos pretos cujo percentual de quem disse ter entrado na pós-graduação foi maior (57,1%).

Gráfico 6: Distribuição percentual por entrada na pós-graduação, Brasil.



Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Tabela 3: Cruzamento entre cor/raça e entrada na pós-graduação, Brasil.

			Pós-graduação		Total
			Não	Sim	
cor/raça	Indígena	N	5	5	10
		%	50,0%	50,0%	100,0%
	Parda	N	69	64	133
		%	51,9%	48,1%	100,0%
	Preta	N	91	121	212
		%	42,9%	57,1%	100,0%
Total		N	165	190	355
		%	46,5%	53,5%	100,0%

Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

No que se refere à participação no mercado de trabalho, entre aqueles que responderam a essa pergunta (cerca de 18% dos entrevistados deixaram esse quesito do questionário em branco, assim, essa categoria foi tratada como *missing*), como era de se esperar, o percentual de cotistas que estava trabalhando no momento da pesquisa foi maior nas coortes mais antigas: 85% para aqueles que concluíram a graduação no período 2007-2012, 75,5% no período 2013-2017 e 26% para aqueles que ainda estavam cursando (conclusão prevista para 2018-2025), conforme indicado pela Tabela 4. Cruzando essa informação com a cor/raça do indivíduo, verifica-se pela Tabela 5 que considerando os egressos (ano de conclusão no período 2002-2017) o maior percentual de respondentes que tinham trabalho foi observado no grupo dos pardos (80,5%). Já no grupo dos que ainda estavam cursando a graduação, esse percentual foi maior no grupo dos pretos (30,1%), o que pode ser uma indicação de que para esses cotistas, em função de uma condição socioeconômica desfavorável, a dupla jornada de trabalho e estudo seja mais comum do que nos outros grupos de cor/raça.

Tabela 4: Cruzamento entre ano de conclusão da graduação e se trabalha, Brasil.

			Se trabalha		Total
			Não	Sim	
Ano de conclusão	2007-2012	N	6	34	40
		%	15,0%	85,0%	100,0%
	2013-2017	N	77	237	314
		%	24,5%	75,5%	100,0%
	2018-2025	N	356	125	481
		%	74,0%	26,0%	100,0%
Total		N	439	396	835
		%	52,6%	47,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

Tabela 5: Cruzamento entre ano de conclusão da graduação, cor/raça e se trabalha, Brasil.

Ano de conclusão			2002-2017			2018-2025		
			Se trabalha		Total	Se trabalha		Total
			Não	Sim		Não	Sim	
cor/raça	Indígena	N	3	7	10	16	1	17
		%	30,0%	70,0%	100,0%	94,1%	5,9%	100,0%
	Parda	N	26	107	133	159	46	205
		%	19,5%	80,5%	100,0%	77,6%	22,4%	100,0%
	Preta	N	54	157	211	181	78	259
		%	25,6%	74,4%	100,0%	69,9%	30,1%	100,0%
Total		N	83	271	354	356	125	481
		%	23,4%	76,6%	100,0%	74,0%	26,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa Trajetórias de Cotistas, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, pode-se dizer que os resultados preliminares aqui apresentados apontaram para o seguinte perfil de cotista entre os respondentes do formulário *on-line* da Pesquisa Trajetórias de Cotistas: não concluintes, do sexo feminino, autodeclarados pretos, e sendo pretos, ingressantes por meio de reserva de vagas para estudantes de escola pública e negros, e sendo pardos, ingressantes por meio de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas apenas. Com relação à coorte de entrada na universidade, o percentual de pretos aumentou após 2012, porém foi a menor variação percentual considerando os três grupos de cor/raça, baixo engajamento em participação em grupos/coletivos e representações discentes e baixa participação em grupos de pesquisa e/ou extensão nas temáticas raciais e de gênero. No que se refere à entrada na pós-graduação, ela foi maior para o grupo dos pretos, assim como a participação no mercado de trabalho quando selecionados apenas os que ainda estavam cursando a graduação. Observadas as possíveis

limitações da fonte de dados analisada tais como a seletividade de respondentes quanto ao acesso e uso de redes sociais para o preenchimento do formulário, pode-se dizer que ela é inovadora para se explorar a trajetória dos principais beneficiários da política de cotas no Brasil e complementar análises mais qualitativas a respeito do tema.

NOTAS

- ¹ Jaqueline Gomes de Jesus, O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008), *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 222-233, 2013; Joana Célia dos Passos, Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas, *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, jun. 2015; Isabele Batista de Lemos, Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade, *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, 2017; Christiane Curvelo Wickbold e Vera Siqueira, Política de cotas, currículo e a construção identitária de alunos de Medicina de uma universidade pública, *Pro-Posições*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 83-105, abr. 2018.